

AstraZeneca do Brasil Ltda.

CNPJ nº 60.318.797/0001-00

Demonstrações Financeiras			
Balanco Patrimonial - Exercicios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.328	56.944
Contas a receber	5 e 9	339.572	191.640
Estoques	6	296.510	236.685
Tributos a recuperar	7	19.146	3.393
Outros créditos	-	18.106	15.442
Total do ativo circulante		681.662	504.104
Tributos a recuperar	7	16.655	17.050
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	45.677	33.373
Contas a receber	5 e 9	1.432	2.181
Depósitos judiciais	14	23.821	25.990
Total realizável a longo prazo		87.585	78.594
Imobilizado	10	151.285	132.496
Total do ativo não circulante		238.870	211.090
Total do ativo		920.532	715.194

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
Receita líquida de vendas e serviços prestados	16	1.461.326	1.353.860
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	(780.045)	(719.953)
Lucro bruto		681.281	633.907
Despesas com vendas	17	(358.948)	(341.220)
Despesas administrativas e gerais	17	(143.196)	(134.226)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	49.597	22.995
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		228.734	181.456
Receitas financeiras	19	5.572	5.504
Despesas financeiras	19	(2.998)	(1.822)
Resultado financeiro líquido		2.574	3.682
Lucro antes dos impostos		231.308	185.138
Imposto de renda e contribuição social: Corrente	8	(76.326)	(46.727)
Diferido	8	12.305	(10.671)
Lucro líquido do exercício		167.287	127.740

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019	
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	

1. Contexto operacional: A AstraZeneca do Brasil (doravante denominada AstraZeneca ou “Empresa”) é constituída na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede da Empresa é Rodovia Raposo Tavares, Km. 26,9, Cotia, São Paulo. A Empresa tem por objetivo o comércio, importação, exportação e distribuição em geral de produtos e insumos farmacêuticos, produtos medicinais biológicos e sorológicos, vacinas manufaturadas ou não, produtos para diagnóstico e proteção para saúde humana, cosméticos e produtos de higiene e de toucador, aparelhos para indústria química e farmacêutica, bem como produtos e acessórios hospitalares, inclusive a título de comissões, consignações e representações por conta própria ou de terceiros; a prestação de serviços de preparação, publicação e distribuição por conta própria ou de terceiros, de revistas, catálogos, periódicos, livros e meios físicos de divulgação em multimídia, para a divulgação de informações técnicas e científicas profissionais e culturais relacionadas à medicina e à farmacologia; e a promoção, estímulo, assistência e realização de estudos e pesquisas de qualquer natureza, relacionados ou não com as atividades sociais, objetivando a descoberta, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de produtos, processos e aplicações. Durante o exercício de 2019, a AstraZeneca (globalmente) se desfez (ou continuou a transição) de alguns produtos, passando a atuar, até a transferência definitiva dos estoques, como agente nas vendas dos referidos medicamentos, com valores detalhados na nota explicativa 18 e conforme segue: • Em 28 de junho 2018, a AstraZeneca UK entrou em acordo para negociar os direitos de comercialização e licença dos produtos Seroquel e Seroquel XR em UK, China e outros mercados internacionais que incluem o Brasil, com a Luye Pharma. Como resultado dessa negociação, a partir de 29 de junho de 2018 todas as vendas desses produtos, mesmo que realizadas pela AstraZeneca, já serão de direito da Luye. A transferência dos estoques é esperada para junho de 2023, sendo que conforme acordo global, a AstraZeneca se compromete a fornecer os produtos para a Luye ou seus indicados, por até 5 anos. No momento, não há previsão local de transferência do registro do Seroquel já que a Luye não está constituída no Brasil e não possui as licenças sanitárias para solicitar a titularidade do produto, desta forma, a comercialização continua sendo realizada pela AstraZeneca. A receita líquida decorrente das vendas de Seroquel e Seroquel XR em 2019 foi de R\$ 35.492 (R\$ 20.222 em 2018), enquanto seus custos no mesmo período foram no montante de R\$ 16.805 (R\$ 10.325 em 2018). • Em 04 de dezembro de 2018, AstraZeneca AB negociou a transferência dos direitos de venda e licença dos produtos Alvesco e Omnaris com a Covis Pharma B.V. No Brasil, os reflexos desta negociação fazem com que as vendas destes produtos a partir de 05 de dezembro de 2018, mesmo que realizadas pela AstraZeneca, já serão de direito da Covis. A transferência de estoques de Omnaris ocorreu em setembro de 2019, enquanto que o Alvesco, por ter sido descontinuado no Brasil, não teve sua transferência de estoques realizada. A receita líquida de impostos decorrente dos produtos envolvidos nesse acordo em 2019 foi de R\$ 4.934 (R\$ 182 em 2018) enquanto seus custos no mesmo período foram no montante de R\$ 2.441 em 2019 (R\$ 94 em 2018). • Em 30 de novembro de 2018, AstraZeneca AB entrou em acordo com a Grunenthal GmbH para transferir os direitos de venda e licença do produto Vimovo. No Brasil, os reflexos desta negociação fazem com que as vendas destes produtos a partir de 1º de dezembro de 2018, mesmo que realizadas pela AstraZeneca, já serão de direito da Grunenthal, sendo que a aquisição dos estoques ocorreu em novembro de 2019. A receita líquida de impostos em 2019 foi de R\$ 26.437 (R\$ 2.115 em 2018), enquanto seus custos no mesmo período foram no montante de R\$ 13.951 em 2019 (R\$ 1.117 em 2018). • Em 30 de setembro de 2019, AstraZeneca AB negociou a transferência dos direitos de venda e licença do produto Losec com a Cheplapharm Arzneimittel GmbH (CP). No Brasil, os reflexos desta negociação fazem com que as vendas destes produtos a partir de 1º de outubro de 2019, mesmo que realizadas pela AstraZeneca, já serão de direito da Cheplapharm. A transferência de estoques deve ocorrer até o final de 2021, sendo que atualmente a Cheplapharm está buscando parceiros no Brasil para essa operação, visto que ela não está constituída no país. A receita líquida de impostos decorrente dos produtos envolvidos nesse acordo em 2019 foi de R\$ 3.958 enquanto seus custos no mesmo período foram no montante de R\$ 524.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 1º de julho de 2020. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** (i) As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa. (ii) As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Outros ganhos (perdas), líquidos”. **c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(i) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota

Demonstração de Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício		167.287	127.740
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		167.287	127.740

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018		24.030	140	411.963	436.133
Lucro líquido do exercício	-	-	-	107.740	107.740
Distribuição de lucros	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		24.030	140	399.703	423.873
Lucro líquido do exercício	-	-	-	167.287	167.287
Contribuições e distribuições para os acionistas:					
Distribuição de lucros	15.c	-	-	(44.000)	(44.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	15.c	-	-	(26.000)	(26.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		24.030	140	496.990	521.160

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Explicativa nº 06 - Provisão para perdas nos estoques. A Empresa tem um processo consistente de acompanhamento dos seus níveis de estoque, considerando a validade de seus produtos e sua capacidade de realização. Esse processo envolve planejamento de longo prazo, baseado na demanda e na *forecast* de vendas, mas também assegura acompanhamento muito próximo do curto prazo e do realizado. Reuniões envolvendo planejadores, *supply*, gerência dos produtos e finanças ocorrem todos os meses, bem como a discussão final com os Diretores de Unidades de Negócio, CFO e Presidente. Ao final dessas discussões um cenário de necessidades de longo prazo é estabelecido, bem como planos de ação para desvios do curto prazo são acordados e passam a ser colocados em prática. No final de cada mês, o planejador, o *Controller* e o Gerente Financeiro da Fábrica analisam os produtos com validade inferior a 12 meses e a capacidade de realização dos mesmos, considerando ainda eventuais planos traçados nas reuniões ocorridas durante o mês, resultando numa proposta de provisão de perda relativa a *slow movers*. Além disso, todos os itens devolvidos pelos clientes, os itens retidos por determinação de normas de qualidade e os itens expirados ou inservíveis fazem parte da proposta final de provisão de perda (que inclui os *slow movers*). A proposta é aprovada conforme estrutura de delegação de alçada da Empresa e a provisão é registrada contabilmente. O processo se repete consistentemente todos os meses. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3. Principais políticas contábeis: A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, conforme segue: **Receita:** A empresa adotou o **CPC 47 - “Receita de Contratos com Clientes”** em 1º de janeiro de 2018, entretanto, não houve impacto nas suas demonstrações financeiras. Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 - “Contratos de Construção”. **CPC 30 - “Receitas”** e correspondentes interpretações. **Venda de produtos:** A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **Programas de fidelidade:** A Empresa possui um programa de fidelização para facilitar o acesso dos pacientes que fazem uso contínuo de alguns de seus medicamentos, concedendo relevantes descontos nos pontos de venda. A reposição nos pontos de venda dos medicamentos vendidos sob o programa é efetuada considerando os descontos necessários para a manutenção das margens normais auferidas na cadeia comercial, e tais descontos são reconhecidos inicialmente como uma provisão nas demonstrações financeiras, impactando a demonstração do resultado. **Serviços:** A receita de serviços prestados, referente ao compartilhamento de força de vendas junto à parceira comercial, é reconhecida no resultado a medida da sua realização. **e) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem: • Rendimentos sobre aplicações financeiras; • Receita de juros; • Variações monetárias ativas; • Variações monetárias passivas; • Despesa de juros; e • Ganhos/Perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **f) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado. **g) Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos seja possível. **(iii) Incentivos de longo prazo:** Certos membros da Administração da Empresa são contemplados com a participação em um plano de incentivo de longo prazo, o qual é patrocinado exclusivamente pela matriz da Empresa no exterior e denominado de “*Long Term Incentive* (LTI)”. Contudo, as despesas incorridas com este plano associadas com funcionários, cuja prestação de serviço é realizada em território nacional, devem ser integralmente reembolsadas pela Empresa para a matriz, desta forma, um passivo é mensurado pelo seu valor justo e reconhecido nas demonstrações financeiras, impactando o

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)		
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	167.287	127.740
Ajustes por:		
Depreciação	13.373	11.961
Resultado na venda de ativo imobilizado	(1.313)	(414)
Aumento (Reversão) de provisão para perdas nos estoques	(27.201)	24.894
Aumento (Reversão) de estoques obsoletos	22.045	(50.159)
Aumento (Reversão) de outras provisões	39.751	(2.914)
Aumento de provisão para contingências	4.004	5.065
Compensação de impostos	(8.744)	(11.219)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	64.021	57.399
	273.223	162.353

(Aumento) Redução nos ativos

Contas a receber	(146.719)	16.837
Estoques	(54.669)	(6.716)
Impostos a recuperar	(25.565)	(11.156)
Despesas antecipadas e outros créditos	(2.660)	(2.372)
Depósitos judiciais	2.169	(2.114)

Aumento (Redução) nos passivos

Fornecedores	53.043	(54.438)
Impostos e contribuições a recolher	(3.580)	(22.610)
Salários, férias e encargos sociais a pagar	5.822	(2.899)
Empréstimos	15.000	-
Provisão para contingências	(6.455)	(4.945)

Caixa proveniente das operações

Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.375)	(33.225)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.234	38.715

Fluxos de caixa das atividades de investimentos:

Aplicações financeiras	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(36.592)	(35.296)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	5.742	4.797

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Dividendos	(44.000)	(120.000)
Juros sobre capital próprio	(26.000)	(20.000)

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Redução do caixa e equivalentes de caixa	(48.616)	(131.784)
---	-----------------	------------------

Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	56.944	188.728
No fim do exercício	8.328	56.944
	(48.616)	(131.784)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

resultado do exercício. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes não excedendo o valor de mercado. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **j) Imobilizado:**

(i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subseqüentes:** Gastos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Instalações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 20 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de informática	3 a 5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **k) Instrumentos financeiros:** A empresa adotou o CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” em 1º de janeiro de 2018, e após a revisão de seus ativos e passivos financeiros, a administração da Empresa verificou que não houve impactos na sua operação: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Empresa classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros

continua...

	Provisões registradas	Provisões utilizadas/revertidas	
	2018	durante o ano	2019
Provisão para pesquisa de mercado	544	263	(544)
Provisão para despesa com publicidade	1.584	932	(1.584)
Outras	4.716	4.726	(4.716)
	75.387	115.444	(75.228)
			115.603

14. Provisão para causas Judiciais: A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício					2019	
	2018	Adição à	(Paga-	(Rever-	Atualiza- ções mo- netárias	Saldo
	Saldo	provisão	mento)	são)		final
Cíveis	1.536	14	-	(5)	254	1.799
Trabalhistas	29.625	6.853	(6.328)	(5.966)	2.957	27.141
Regulatórias	721	-	-	(91)	18	648
Tributárias						
Federal	2.675	-	(127)	(170)	141	2.519
	34.557	6.867	(6.455)	(6.232)	3.370	32.107
Não circulante	34.557					32.107

14.1 Depósitos Judiciais: Em 31 de dezembro 2019 a Empresa tinha registrado o montante de R\$ 23.821 (R\$ 25.990 em 2018). Os montantes R\$ 5.520, R\$ 10.685 e R\$ 7.616 referem-se a processos de natureza regulatório, trabalhistas e tributários (31 de dezembro de 2018, os montantes de R\$ 5.165, R\$ 14.069 e R\$ 6.756, referem-se a processos de natureza regulatório, trabalhistas e tributários, respectivamente. **14.2 Processos Possíveis:** Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 458.969 (R\$ 464.217 em 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos com avaliação de perda como possível pelos assessores jurídicos são os seguintes:

• **Processo Administrativo nº 10314.721294/2016-01** - Receita Federal: trata-se de Auto de Infração lavrado em 2016, em razão de suposta alegação de que a Empresa teria deixado de recolher o adicional de 1% sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) na importação de mercadorias sujeitas à alíquota zero desse tributo durante o período de 1º de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2015, aplicando uma multa por declaração inexata correspondente a 1% sobre o valor aduaneiro das mercadorias importadas. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 54.430 (R\$ 48.304 em 2018). • **Processo 5002412-67.2019.4.03.6130** - Execução Fiscal referente ao Processo Administrativo nº 16561.720174/2012-19 - trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, relativos ao ano-calendário de 2009, oriundos do Processo Administrativo nº 16561.720174/2012-19. A exigência fiscal em questão, que atualmente está sendo discutida perante o Poder Judiciário, advém de suposto desatendimento das regras de preço de transferência previstas na Lei nº 9.430/96, em especial por conta da suposta (i) impossibilidade de utilização do método PRL 20 para cálculo do preço parâmetro em operações de importação de medicamentos destinados a revenda e que foram submetidos a simples acondicionamento no Brasil para atendimento às regras regulatórias e sanitárias; (ii) legitimidade da metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 243/02, para fins de apuração de preço parâmetro nas importações de insumos (discussão IN vs Lei). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 82.368 (R\$ 71.444 em 2018). • **Processo 5003667-60.2019.4.03.6130** - Execução Fiscal referente ao Processo Administrativo nº 16561.000047/2008-13 - trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendários de 2003/2005, oriundos dos Processos Administrativos de nºs 16561.000047/2008-13 e 16561.000056/2008-12. A exigência fiscal em questão, que atualmente está sendo discutida perante o Poder Judiciário, advém de suposto desatendimento das regras de preço de transferência previstas na Lei nº 9.430/96, em especial por conta da suposta (i) impossibilidade de utilização do método PRL 20 para cálculo do preço parâmetro em operações de importação de medicamentos destinados a revenda e que foram submetidos a simples acondicionamento no Brasil para atendimento às regras regulatórias e sanitárias; (ii) legitimidade da metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 243/02, para fins de apuração de preço parâmetro nas importações de insumos (discussão IN vs Lei). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 62.464 (R\$ 52.646 em 2018).

15. Capital social: a) Capital Social: O capital social autorizado e integralizado da Empresa, conforme contrato social de 23 de abril de 2007 é de R\$ 24.030, correspondente a 24.030.313 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:

	Quotas	Valor (R\$)
AstraZeneca Continent B.V.	24.030.146	24.030.146
AstraZeneca Gamma B.V.	167	167
	24.030.313	24.030.313

b) Lucros acumulados: Para ser permitido às empresas brasileiras reterem lucros ao exterior e repatriarem o capital estrangeiro investido, é necessário que o capital esteja registrado no Banco Central do Brasil. O capital estrangeiro registrado nesse órgão corresponde aos seguintes montantes em moeda estrangeira, a saber:

Dólar norte-americano	1.918.815,16
Coroa Sueca	4.411.573,93

c) Distribuição de Lucros: Em 2019, a Empresa distribuiu lucros no valor de R\$ 44.000 (R\$ 120.000 em 2018), correspondentes a 4.994 cotas, creditados integralmente à AstraZeneca B.V.; referentes ao lucro do exercício fiscal de 2019, e conforme Balanço Patrimonial datado de 31/10/2019, aprovados conforme ata de reunião dos sócios de 18 de novembro de 2019, registrada na JUCESP sob o nº 604.707/19-8. A Empresa também distribuiu,

Aos Administradores e aos Cotistas da **AstraZeneca do Brasil Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AstraZeneca do Brasil Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AstraZeneca do Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que se descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

em 2019, juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 26.000, correspondentes a 0,832 cotas, creditados integralmente à AstraZeneca B.V.; conforme ata de reunião dos sócios de 18 de novembro de 2019, registrada na JUCESP sob o nº 604.707/19-8.

	2019	2018
16. Receita		
Vendas de produtos		
Terceiros - instituições privadas	2.531.602	2.219.861
Terceiros - instituições públicas	239.112	209.668
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	5.972	9.625
Prestação de serviços a terceiros	-	127
Total receita bruta	2.776.686	2.439.281
Impostos sobre vendas	(242.128)	(195.167)
Devoluções, descontos e abatimentos	(1.073.232)	(890.254)
Total deduções da receita bruta	(1.315.360)	(1.085.421)
Total da receita líquida	1.461.326	1.353.860
17. Despesas por natureza	2019	2018
Matérias-primas	(663.038)	(611.960)
Outros gastos com produção	(117.007)	(107.993)
Salários e encargos	(246.204)	(226.266)
Amostras grátis	(27.773)	(27.473)
Reuniões, acomodações, refeições e entretenimento	(56.480)	(58.727)
Serviços contratados (a)	(57.124)	(57.373)
Viagens	(17.749)	(20.934)
Propaganda	(4.544)	(3.256)
Prêmio sobre vendas	(12.739)	(14.302)
Armazenagem e fretes sobre vendas	(16.528)	(14.509)
Provisão para contingência trabalhista	(2.118)	(955)
Despesas com informática	(3.688)	(1.962)
Pesquisas de mercado	(5.021)	(5.323)
Materiais (escritório, treinamento, impressão, etc.)	(6.529)	(6.152)
Manutenção de veículos	(3.817)	(4.210)
Serviços gerais	(1.433)	(2.506)
Depreciação	(13.322)	(11.961)
Taxas	(5.123)	(4.443)
Subsídios e patrocínios	(17.875)	(14.244)
Outros	(4.077)	(850)
	(1.282.189)	(1.195.399)
	2019	2018
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(780.045)	(719.953)
Despesas de vendas	(358.948)	(341.220)
Despesas administrativas e gerais	(143.196)	(134.226)
	(1.282.189)	(1.195.399)

(a) Serviços contratados se referem principalmente a processamento de folha pagamento, serviços contábeis e financeiros.

18. Outros ganhos (perdas) líquidos

	2019	2018
Resultado líquido de produtos com venda de patente (a)	37.100	12.403
Receita de venda de imobilizado	5.742	4.797
Custo na venda de imobilizado	(4.429)	(4.384)
Outras receitas	11.184	10.179
	49.597	22.995

(a) Conforme contexto operacional, nota explicativa nº 1.

19. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.692	3.536
Variações cambiais ativas	102	1.085
Variações monetárias ativas	3.456	59
Receitas de juros	322	824
	5.572	5.504

Despesas financeiras:

Variações monetárias passivas	(1.989)	(1.375)
IOF	(469)	(369)
Juros	(540)	(248)
	(2.998)	(1.992)

20. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo “A” na escala de *Standard and Poor’s*. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da empresa e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que

operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da empresa e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2019

	Menos de um ano
Fornecedores e outras obrigações	203.071
Provisões e outras contas a pagar	115.603

Em 31 de dezembro de 2018

Fornecedores e outras obrigações	150.028
Provisões e outras contas a pagar	75.387

(c) Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	15.000	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(8.328)	(56.944)
Dívida líquida (caixa líquido)	6.672	(56.944)
Total do patrimônio líquido	521.160	423.873

Índice da dívida líquida (caixa líquido) pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro

	0,01	(0,13)
--	------	--------

(d) Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: - Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). - Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da empresa mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Saldo total
31 de dezembro 2019			
Caixa e equivalentes de caixa	8.328	-	8.328
Aplicações financeiras	-	-	-
Clientes no país - terceiros (líquido das perdas)	327.515	-	327.515
Clientes no exterior - partes relacionadas	13.490	-	13.490
	349.333	-	349.333
Fornecedores no país - terceiros	-	7.653	7.653
Fornecedores no exterior - terceiros	-	26	26
Fornecedores no exterior - partes relacionadas	-	195.392	195.392
	-	203.071	203.071

	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Saldo total
31 de dezembro 2018			
Caixa e equivalentes de caixa	27.677	-	27.677
Aplicações financeiras	-	29.266	29.266
Clientes no país - terceiros (líquido das perdas)	190.960	-	190.960
Clientes no exterior - partes relacionadas	2.861	-	2.861
	221.498	29.266	250.764
Fornecedores no país - terceiros	-	7.217	7.217
Fornecedores no exterior - terceiros	-	228	228
Fornecedores no exterior - partes relacionadas	-	142.583	142.583
	-	150.028	150.028

21. Eventos subsequentes: As recentes notícias do avanço do Corona vírus (“COVID-19”) está afetando a economia global. No Brasil, já são sentidos alguns impactos como a desvalorização do câmbio e no curto prazo irá provocar desaceleração do PIB. Para mitigar os impactos em seus negócios, a Empresa elaborou um plano de contingência e está monitorando seus canais de distribuição e sua cadeia de suprimentos, para garantir o abastecimento da produção, e consequentemente a continuidade de suas operações. Neste momento, não há previsão de relevantes impactos nas operações que possam afetar as receitas do segundo trimestre de 2020, sendo que não foram observados impactos no primeiro trimestre. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas nos negócios da Empresa. Entretanto, a administração agirá com cautela em suas ações até que se possa mensurar os impactos futuros no setor e nos seus diversos negócios e irá empenhar os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica.

Diretoria
Fraser Anthony Hall - Presidente
Daniel Jaime de Jesus Vieira Tripa - Diretor Financeiro
Alexandre Garcia de Carvalho Oliveira
Gerente de Controladoria
Eliene dos Santos - Contadora - CRC 1SP208892/O-6

a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a E a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

	São Paulo, 13 de julho de 2020
	Marcelo Orlando
PricewaterhouseCoopers	Contador
Auditores Independentes	CRC 1SP217518/O-7
CRC 2SP000160/O-5	

... continuação				
	Provisões registradas		Provisões utilizadas/revertidas	
	2018	durante o ano	durante o ano	2019
Contas a pagar - aquisição ativo imobilizado	3.563	5.696	(3.563)	5.696
Provisão para honorários médicos	1.450	838	(1.450)	838
Provisão para serviços de terceiros	13.220	18.668	(13.220)	18.668
Provisão para despesas com eventos	928	782	(928)	782
Provisão para pesquisa de mercado	544	263	(544)	263
Provisão para despesa com publicidade	1.584	932	(1.584)	932
Outras	4.716	4.726	(4.716)	4.726
	75.387	115.444	(75.228)	115.603

14. Provisão para causas Judiciais: A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício					2019	
	2018 Saldo	Adição à provisão	(Paga- mento)	(Rever- são)	Atualiza- ções mo- netárias	Saldo final
Cíveis	1.536	14	-	(5)	254	1.799
Trabalhistas	29.625	6.853	(6.328)	(5.966)	2.957	27.141
Regulatórias	721	-	-	(91)	18	648
Tributárias						
Federal	2.675	-	(127)	(170)	141	2.519
	34.557	6.867	(6.455)	(6.232)	3.370	32.107

14.1 Depósitos Judiciais: Em 31 de dezembro 2019 a Empresa tinha registrado o montante de R\$ 23.821 (R\$ 25.990 em 2018). Os montantes R\$ 5.520, R\$ 10.685 e R\$ 7.616 referem-se a processos de natureza regulatório, trabalhistas e tributários (31 de dezembro de 2018, os montantes de R\$ 5.165, R\$ 14.069 e R\$ 6.756, referem-se a processos de natureza regulatório, trabalhistas e tributários, respectivamente. **14.2 Processos Possíveis:** Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 458.969 (R\$ 464.217 em 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos com avaliação de perda como possível pelos assessores jurídicos são os seguintes: **• Processo Administrativo nº 10314.721294/2016-01** - Receita Federal: trata-se de Auto de Infração lavrado em 2016, em razão de suposta alegação de que a Empresa teria deixado de recolher o adicional de 1% sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") na importação de mercadorias sujeitas à alíquota zero desse tributo durante o período de 1º de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2015, aplicando uma multa por declaração inexistente correspondente a 1% sobre o valor aduaneiro das mercadorias importadas. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 54.430 (R\$ 48.304 em 2018). **• Processo 5002412-67.2019.4.03.6130** - Execução Fiscal referente ao Processo Administrativo nº 16561.720174/2012-19 - trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, relativos ao ano-calendário de 2009, oriundos do Processo Administrativo nº 16561.720174/2012-19. A exigência fiscal em questão, que atualmente está sendo discutida perante o Poder Judiciário, advém de suposto desatendimento das regras de preço de transferência previstas na Lei nº 9.430/96, em especial por conta da suposta (i) impossibilidade de utilização do método PRL 20 para cálculo do preço parâmetro em operações de importação de medicamentos destinados a revenda e que foram submetidos a simples acondicionamento no Brasil para atendimento às regras regulatórias e sanitárias; (ii) ilegitimidade da metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 243/02, para fins de apuração do preço parâmetro nas importações de insumos (discussão IN vs Lei). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 82.368 (R\$ 71.444 em 2018). **• Processo 5003667-60.2019.4.03.6130** - Execução Fiscal referente ao Processo Administrativo nº 16561.000047/2008-13 - trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendários de 2003/2005, oriundos dos Processos Administrativos de nºs 16561.000047/2008-13 e 16561.000056/2008-12. A exigência fiscal em

questão, que atualmente está sendo discutida perante o Poder Judiciário, advém de suposto desatendimento das regras de preço de transferência previstas na Lei nº 9.430/96, em especial por conta da suposta (i) impossibilidade de utilização do método PRL 20 para cálculo do preço parâmetro em operações de importação de medicamentos destinados a revenda e que foram submetidos a simples acondicionamento no Brasil para atendimento às regras regulatórias e sanitárias; (ii) ilegitimidade da metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 243/02, para fins de apuração do preço parâmetro nas importações de insumos (discussão IN vs Lei). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 62.464 (R\$ 52.646 em 2018). **15. Capital social: a) Capital Social:** O capital social autorizado e integralizado da Empresa, conforme contrato social de 23 de abril de 2007 é de R\$ 24.030, correspondente a 24.030.313 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:

	Quotas	Valor (R\$)
AstraZeneca Continent B.V.	24.030.146	24.030.146
AstraZeneca Gamma B.V.	167	167
	24.030.313	24.030.313

b) Lucros acumulados: Para ser permitido às empresas brasileiras remeterem lucros ao exterior e repatriarem o capital estrangeiro investido, é necessário que o capital esteja registrado no Banco Central do Brasil. O capital estrangeiro registrado nesse órgão corresponde aos seguintes montantes em moeda estrangeira, a saber:

Dólar norte-americano	1.918.815,16
Coroa Sueca	4.411.573,93

c) Distribuição de Lucros: Em 2019, a Empresa distribuiu lucros no valor de R\$ 44.000 (R\$ 120.000 em 2018), correspondentes a 4.994 cotas, creditados integralmente à AstraZeneca B.V.; referentes ao lucro do exercício fiscal de 2019, e conforme Balanço Patrimonial datado de 31/10/2019, aprovados conforme ata de reunião dos sócios de 18 de novembro de 2019, registrada na JUCESP sob o nº 604.707/19-8. A Empresa também distribuiu, em 2019, juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 26.000, correspondentes a 0,832 cotas, creditados integralmente à AstraZeneca B.V.; conforme ata de reunião dos sócios de 18 de novembro de 2019, registrada na JUCESP sob o nº 604.707/19-8.

	2019	2018
16. Receita		
Vendas de produtos		
Terciros - instituições privadas	2.531.602	2.219.861
Terciros - instituições públicas	239.112	209.668
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	5.972	9.625
Prestação de serviços a terceiros	-	127
Total receita bruta	2.776.686	2.439.281
Impostos sobre vendas	(242.128)	(195.167)
Devoluções, descontos e abatimentos	(1.073.232)	(890.254)
Total deduções da receita bruta	(1.315.360)	(1.085.421)
Total da receita líquida	1.461.326	1.353.860
17. Despesas por natureza	2019	2018
Matérias-primas	(663.038)	(611.960)
Outros gastos com produção	(117.007)	(107.993)
Salários e encargos	(246.204)	(226.266)
Amostras grátis	(27.773)	(27.473)
Reuniões, acomodações, refeições e entretenimento	(56.480)	(58.727)
Serviços contratados (a)	(57.124)	(57.373)
Viagens	(17.749)	(20.934)
Propaganda	(4.544)	(3.256)
Prêmio sobre vendas	(12.739)	(14.302)
Armazenagem e fretes sobre vendas	(16.528)	(14.509)
Provisão para contingência trabalhista	(2.118)	(955)
Despesas com informática	(3.888)	(1.962)
Pesquisas de mercado	(5.021)	(5.323)
Materiais (escritório, treinamento, impressão, etc.)	(6.529)	(6.152)
Manutenção de veículos	(3.817)	(4.210)
Serviços gerais	(1.433)	(2.506)
Depreciação	(13.322)	(11.961)
Taxas	(5.123)	(4.443)
Subsídios e patrocínios	(17.875)	(14.244)
Outros	(4.077)	(850)
	(1.282.189)	(1.195.399)
	2019	2018
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(780.045)	(719.953)
Despesas de vendas	(358.948)	(341.220)
Despesas administrativas e gerais	(143.196)	(134.228)
	(1.282.189)	(1.195.399)

(a) Serviços contratados se referem principalmente a processamento de folha pagamento, serviços contábeis e financeiros.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é

	2019	2018
Resultado líquido de produtos com venda de patente (a)	37.100	12.403
Receita de venda de imobilizado	5.742	4.797
Custo na venda de imobilizado	(4.429)	(4.384)
Outras receitas	11.184	10.179
	49.597	22.995

(a) Conforme contexto operacional, nota explicativa nº 1.

	2019	2018
19. Resultado financeiro		
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.692	3.536
Variações cambiais ativas	102	1.085
Variações monetárias ativas	3.456	59
Receitas de juros	322	824
	5.572	5.504
Despesas financeiras:		
Variações monetárias passivas	(1.989)	(1.375)
IOF	(469)	(369)
Juros	(540)	(248)
	(2.998)	(1.992)

20. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da empresa e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da empresa e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2019	
Fornecedores e outras obrigações	203.071
Provisões e outras contas a pagar	115.603
Em 31 de dezembro de 2018	
Fornecedores e outras obrigações	150.028
Provisões e outras contas a pagar	75.387

(c) Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e

longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **2019 2018**

Empréstimos e financiamentos	15.000	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(8.328)	(56.944)
Dívida líquida (caixa líquido)	6.672	(56.944)
Total do patrimônio líquido	521.160	423.873

Índice da dívida líquida (caixa líquido) pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro **0,01 (0,13)**

(d) Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: - Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). - Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da empresa mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Saldo total
31 de dezembro 2019			
Caixa e equivalentes de caixa	8.328	-	8.328
Aplicações financeiras	-	-	-
Clientes no país - terceiros (líquido das perdas)	327.515	-	327.515
Clientes no exterior - partes relacionadas	13.490	-	13.490
	349.333	-	349.333
Fornecedores no país - terceiros	-	7.653	7.653
Fornecedores no exterior - terceiros relacionadas	-	26	26
	-	195.392	195.392
	-	203.071	203.071

	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Saldo total
31 de dezembro 2018			
Caixa e equivalentes de caixa	27.677	-	27.677
Aplicações financeiras	-	29.266	29.266
Clientes no país - terceiros (líquido das perdas)	190.960	-	190.960
Clientes no exterior - partes relacionadas	2.861	-	2.861
	221.498	29.266	250.764
Fornecedores no país - terceiros	-	7.217	7.217
Fornecedores no exterior - partes relacionadas	-	228	228
	-	142.583	142.583
	-	150.028	150.028

21. Eventos subsequentes: As recentes notícias do avanço do Corona vírus ("COVID-19") está afetando a economia global. No Brasil, já são sentidos alguns impactos como a desvalorização do câmbio e no curto prazo irá provocar desaceleração do PIB. Para mitigar os impactos em seus negócios, a Empresa elaborou um plano de contingência e está monitorando seus canais de distribuição e sua cadeia de suprimentos, para garantir o abastecimento da produção, e consequentemente a continuidade de suas operações. Neste momento, não há previsão de relevantes impactos nas operações que possam afetar as receitas do segundo trimestre de 2020, sendo que não foram observados impactos no primeiro trimestre. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas nos negócios da Empresa. Entretanto, a administração agirá com cautela em suas ações até que se possa mensurar os impactos futuros no setor e nos seus diversos negócios e irá empenhar os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica.

Diretoria	
Fraser Anthony Hall	- Presidente
Daniel Jaime de Jesus Vieira Tripa	- Diretor Financeiro
Alexandre Garcia de Carvalho Oliveira	- Gerente de Controladoria
Elieene dos Santos - Contadora - CRC 1SP208892/O-6	

administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a E a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de julho de 2020

	PricewaterhouseCoopers	Marcelo Orlando
	Auditores Independentes	Contador
	CRC 2SP000160/O-5	CRC 1SP217518/O-7